

A INCLUSÃO DE ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN EM SALA REGULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS APOIOS PEDAGÓGICOS

Josivan Washington Marinho dos Santos¹

Filipe Lourenço Nogueira da Silva²

Nádia Maria Silva de Moraes e Oliveira³

RESUMO

A escola inclusiva se configura como um espaço para atuação de todos, local onde os estudantes constroem suas aprendizagens segundo suas capacidades, ultrapassando as barreiras existentes sejam educacionais ou sociais. Este trabalho nasceu da observação atenta que os apoios pedagógicos da Escola Municipal Divina Providencia em Jaboatão dos Guararapes - PE tiveram ao acompanharem um estudante com Síndrome de Down e sua inclusão na sala de aula regular. O relato foi composto por três etapas que constroem a vivência dos fatos, descrevendo quais as intercorrências que aconteciam no ambiente escolar, detalhando as estratégias tomadas para solucioná-las e os resultados que foram obtidos no processo que neste texto buscou descrever. Ao longo do processo de inclusão as estratégias apresentadas na etapa um demonstraram eficiência na diminuição do comportamento de fuga, porém não foi possível extingui-lo, acredita-se que o tempo do processo de inclusão foi pequeno para que viesse acontecer. Utilizar a caixa de reforçadores na etapa dois foi uma prática muito exitosa para manter os combinados e de até aumentar o tempo de permanência ao sentado do aluno, mas vale esclarecer que os objetos da caixa devem ser trocados periodicamente para se ajustar aos interesses do estudante. O estudante tinha o perfil competitivo e foi utilizado na etapa três, em suas atividades, momentos que estimulasse essa competição para que ele fizesse as atividades que tinham o objetivo de trabalhar a praxia fina, como o movimento de pinça, por vontade própria. Acreditamos que o trabalho de inclusão deva ser contínuo e que o tempo de convivência com a criança foi relativamente pequeno para externalizar todo o processo de inclusão que ocorreu, isto não nega o fato de que o estudante teve um desenvolvimento admirável quando comparado com suas primeiras interações no início do processo.

Palavras-chave: Educação Especial, Síndrome de Down, Apoio Pedagógico, Relato de Experiência.

INTRODUÇÃO

A escola inclusiva se configura como um espaço para atuação de todos, local onde os estudantes constroem suas aprendizagens segundo suas capacidades, ultrapassando as barreiras existentes sejam educacionais ou sociais. Na escola inclusiva “todos se igualam por suas diferenças!” (RAPOLI et al., 2010, p. 8). Segundo os autores, para tanto:

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, josivanmarinhosantos@gmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, nogueira2001@gmail.com;

³ Professora orientadora: Professora Titular da Sala de Recursos Multifuncionais na Escola Municipal Divina Providência – Jaboatão dos Guararapes/PE, nadia.ufrpe@gmail.com.

“A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas” (RAPOLI et al., 2010, p. 9).

Assim se constitui a escola das diferenças que tem por objetivo incluir a todos, discente com ou sem deficiência, reconhecendo esses estudantes e seus processos educativos em suas singularidades buscando a participação e progressão de todos, adotando as novas ou reformulando as passadas práticas pedagógicas.

Esta inclusão acoberta os estudantes com Deficiência Intelectual (DI), segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID) a DI é caracterizada “por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo que se origina antes dos 22 anos de idade”. Este funcionamento abrange capacidade mental geral, como aprendizado, raciocínio e resolução de problemas.

Existe um debate na literatura sobre a associação da Síndrome de Down (SD) à deficiência intelectual, Streda e Vasques (2022) questionam essa associação ao esclarecerem que:

“[...] torna-se urgente, principalmente considerando que as pessoas com a Síndrome de Down ainda estão sujeitas a uma perspectiva determinista, essencialista e generalizante estabelecida há aproximadamente 130 anos, que afirma que todas as pessoas com essa síndrome sempre serão, congenitamente, deficientes intelectuais – o que marca destinos, formas de ensinar e de aprender, delimita expectativas e possibilidades de vida” (STREDA & VASQUES, 2022, p. 13).

No entanto, para este trabalho iremos utilizar esta associação. Baseados na relação existente entre as formações para apoios pedagógicos fornecidas pela Secretaria de Educação de Jabotão dos Guararapes sobre Deficiência Intelectual que eram destinadas para apoios que acompanhavam estudantes com Síndrome de Down.

A síndrome foi descrita em 1866 por John Langdon Down, um médico pediatra inglês do Hospital John Hopkins em Londres. Ela ocorre segundo a Fundacio Catalana Síndrome de Down:

“[...] por uma diferença encontrada no cromossomo 21, quando o pai e a mãe têm a junção dos seus 23 cromossomos, existe um processo de concepção e multiplicação das células do embrião, ocorrendo assim um erro cromossômico, ao invés do feto ter 46 cromossomos, ele fica com 47, pois teve a trissomia do cromossomo 21.” (FUNDACIO CATALANA SÍNDROME DE DOWN, 1996, p. 53).

Crianças que possuem a síndrome apresentam limitações em relação ao seu desenvolvimento social e na sua aprendizagem (FUNDACIO CATALANA SÍNDROME DE DOWN, 1996; SANTOS, 2016). Porém, essas dificuldades não engessam a evolução desses estudantes. Deve-se estimular as aprendizagens com estratégias que respeitem o tempo, ritmo e forma em que aprendem (SANTOS, 2016 p. 30).

Ao observar essas circunstâncias foi instaurada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tendo por objetivo central “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares [...]” (BRASIL, 2008, p. 14). Orientando os sistemas de ensino para tal, garantindo dentre outras ações a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar (em especial para este trabalho os apoios pedagógicos). A formação dos professores e outros profissionais da educação que atuam diretamente com as crianças com SD busca a potencialidade das ações que esses profissionais exercem no local de trabalho e o resultado é o desenvolvimento dos estudantes em sala de aula regular (BRASI, 2001, p. 51).

Este trabalho nasceu da observação atenta que os apoios pedagógicos da Escola Municipal Divina Providencia em Jaboatão dos Guararapes - PE tiveram ao acompanharem um estudante com Síndrome de Down e sua inclusão na sala de aula regular. Tal observação resulta em um relato de experiência que será contado pelas lentes destes apoios ao analisarem os comportamentos, atitudes e ações tomadas pelo professor regente para com a criança acompanhada, com este relato pensa-se contribuir com a literatura relativa ao tema, externalizando para a comunidade o processo de inclusão e desenvolvimento social e educacional que a criança com Síndrome de Down apresentou no espaço escolar mencionado. Para isto foi utilizado as observações feitas pelos apoios em sala, conversas e debates com as professoras da sala de recursos, professora regente e entre os apoios que mantinham contato com a criança. Também se utilizou dos registros diários das atividades realizadas com o estudante para compor este relato.

O relato foi composto por três etapas que constroem a vivência dos fatos, descrevendo quais as intercorrências que aconteciam no ambiente escolar, detalhando as estratégias tomadas para solucioná-las e os resultados que foram obtidos no processo que neste texto buscou descrever. Dentre as etapas estão “O ficar em sala” apresentando o cenário em que a criança se habitua com a sala de aula regular; “O sentar e obedecer a comandos” desenvolvendo as estratégias com objetivos de regulação comportamental; e “As atividades Adaptadas” relatando

com as atividades pedagógicas foram elaboradas para a criança deste relato. Observando assim, que os processos de inclusão adotados pela professora regente tiveram impactos positivos no desenvolvimento da criança e que continuar estimulando debates em relação a temática torna-se importante para que a inclusão das crianças com deficiência no espaço escolar seja realidade nas escolas brasileiras.

METODOLOGIA

Este trabalho terá caráter qualitativo buscando a descrição e reflexão sobre os fatos que segundo André (2005, p. 14) são elementos essenciais para interpretações dos significados e suas interrelações, buscando através desta perspectiva descrever as experiências vivenciadas.

A metodologia utilizada para trabalhar os fatos foi o relato de experiência (RE), caracterizado segundo Daltro & Faria (2019, p.14) “como narrativa que, simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico, tudo isso articulado a um robusto arcabouço teórico, legitimador da experiência enquanto fenômeno científico”.

Para tanto, o relato teve como local dos fatos a Escola Municipal Divina Providência em Jaboatão dos Guararapes município do estado de Pernambuco. O RE foi construído pela observação dos apoios pedagógicos ao acompanharem uma criança com SD matriculada na escola e esta observação ocorreu em sala de aula regular ao longo do ano letivo de 2022, logo após a frequência e permanência da criança em sua sala. A construção do RE teve como fundamentação as observações das ações feitas pela professora regente do estudante com SD, debates e conversas com as professoras da sala de recursos, além da professora regente e outros apoios que tiveram contato com a criança. Também foi utilizado os relatórios diários referentes as atividades realizadas com o estudante em sala de aula.

O RE será estruturado em etapas que refletem estas observações, descrevendo o comportamento e inclusão da criança, as etapas foram narradas descrevendo primeiramente as situações vivenciadas, posteriormente as estratégias utilizadas pelos atores educacionais para resolução das situações e por fim descrever o resultado que estas estratégias tiveram ao longo do processo. Etapa 1: “O ficar em sala”, nesta etapa buscou descrever o processo de extinção ou diminuição do comportamento de fuga da sala regular; Etapa 2: “O sentar e obedecer a comandos”, aqui buscou-se relatar as ações e estratégias adotadas para que o estudante pudesse sentar ao exercer atividades que necessitassem desta ação, como também a busca por seguir comandos em sala de aula; e Etapa 3: “As atividades adaptadas”, última etapa e nesta pretende-

se abordar as atividades realizadas em sala de aula, atividades de cunho pedagógico adaptadas para a realidade educacional do estudante.

É importante salientar que as etapas foram estruturadas, neste trabalho, para facilitar a sua explanação e que não possuem um cunho sequencial no processo de inclusão da criança. As etapas se encontram e caminharam juntas em alguns momentos dos fatos descritos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola Municipal Divina Providencia está localizada na região urbana do município de Jaboatão dos Guararapes, sua infraestrutura comporta áreas com acessibilidade e conta também com sala de recursos multifuncionais (SRM) para atendimento educacional especializado (AEE) onde os estudantes com deficiência têm atendimentos no contraturno do seu horário da aula regular o que para a comunidade do entorno torna a escola como referência em relação a educação e inclusão de crianças com deficiência. A escola possui turmas do infantil ao ensino fundamental anos iniciais. A criança acompanhada, que protagoniza este relato, frequentava a turma “A” do segundo ano dos anos iniciais no fundamental durante o turno da manhã no ano de 2022.

O RE descreve o processo de inclusão da criança com SD no período de 7 meses (junho a dezembro), período este que o estudante se tornou frequente em sala de aula regular, vale esclarecer que a criança frequentava a SRM e passou a frequentar a sala de aula regular quando teve o apoio educacional encaminhado para o estudante à escola.

O ficar em sala

Por frequentar a sala de recursos o estudante com SD, ao começar a participar das aulas na sala regular, não chegava na escola e se direcionava para a sala com os outros colegas. Ele entendia que a sala que lhe pertencia era somente a sala de recursos, sendo naturalizado para o estudante chegar à escola e ir diretamente para a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e lá retirar os sapatos e ir pegando os materiais pedagógicos que comumente ele utilizava ao ter seu atendimento no contraturno. Quando o aluno era direcionado para sua sala regular ele permanecia no local e ao qualquer descuido visual ou ao se distanciar da criança, o aluno corria quase que imediatamente para a sala do AEE, sendo frequente essas fugas ao longo do dia no início do processo de inclusão.

O primeiro objetivo para a inclusão a se pensar nessa situação foi a extinção ou diminuição do comportamento de fuga da sala. Para tal, como estratégia se lançou de adaptação na estrutura organizacional da sala de aula como sinalizado por Rapoli (2010, p.10) “A organização de uma sala de aula é atravessada por decisões da escola que afetam os processos

de ensino e de aprendizagem”. Dessa maneira as carteiras foram colocadas para que a professora regente e os apoios pedagógicos pudessem ter a turma sempre as vistas. A carteira do estudante com deficiência foi colocada no lado oposto da sala em que se encontrava a porta para que assim o comportamento de fuga fosse dificultado. De início a porta da sala ficava fechada, com objetivo de obstruir a fuga, porém o calor logo tomava conta do ambiente e decidiu-se que só manteria os apoios perto da porta, estando ela aberta, ou ao lado do estuante.

Ao concluí sua fuga para a sala de recursos, os apoios pedagógicos em parceria com a professora regente determinaram combinados com o estudante para a permanência na sala do AEE, esta parceria segundo Mendonça & Neto (2019, p. 12) favorece “a permanência do aluno deficiente na sala de aula como parte de um processo de aprendizagem”. Neste caso, o combinado se fez sobre o tempo que o aluno poderia ficar no espaço, e após o término desse tempo retornaria à sala regular, que se iniciou com 15 min e foi diminuindo de cinco em cinco minutos ao longo do processo de inclusão até não permanecer mais na sala do AEE durante o turno da sala de aula regular. Momentos estes que o aluno chegava a SRM e os apoios conversavam com a criança lhe convencendo que sua sala daquele horário era a regular e retornava à sala no mesmo instante.

Ao longo do processo de inclusão essas estratégias demonstraram eficiência na diminuição do comportamento de fuga, porém não foi possível extingui-lo, acredita-se que o tempo do processo de inclusão foi pequeno para que viesse acontecer.

O sentar e obedecer a comandos

Ao estar em sala de aula a criança não tinha o hábito de ficar sentada quando era solicitado, quando o fazia era por breves instantes. O estudante costumava chamar a atenção dos colegas de turma de diversas maneiras, desde chamando para brincar a pegar pertences com o intuito dos colegas correrem atrás dele para recuperar os objetos ou para que o restante da turma risse dele. Quando solicitava para ir ao banheiro ou beber água o estudante não retornava sozinho, necessitando dos apoios para o orientar na ida e retorno a sala.

Os comandos que eram dados para a criança giravam em torno de dois eixos, um com cunho das atividades pedagógicas, que veremos na etapa que se segue, e o outro eixo foi do comportamento. Os comandos de comportamento tinham como objetivo auxiliar na segurança das crianças em sala ao brincar, visto que o estudante com SD era praticante de artes marciais, e por não reconhecer sua força as vezes confundia a arte marcial com brincadeira. Outro comando era para que não pegasse os objetos dos colegas sem autorização e para que permanecesse sentado nas atividades que dessa ação necessitava.

Para estas situações foram utilizadas pela professora regente estratégias da metodologia Análise do Comportamento Aplicada, do inglês, *Applied Behavior Analysis* (ABA) que é definida segundo ARAUJO (2022) como:

“uma área do conhecimento que desenvolve pesquisas e aplicações a partir dos princípios da Análise do Comportamento. Essa metodologia de intervenção, com origem no Behaviorismo, tem o propósito de analisar, observar e explicar a relação existente entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem.” (ARAUJO, 2022, p. 32).

Esta metodologia é comumente utilizada ao trabalhar com crianças dentro do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), porém foi utilizada seus princípios para se trabalhar o comportamento da criança com SD.

Seguindo estes princípios foi construído um kit de reforçadores definido:

“como uma caixa com alguns itens de interesse da criança (brinquedos, objetos para estimulação sensorial, material escolar – lápis, canetinha, papel etc.). Esses itens serão utilizados como consequências arbitrárias para as respostas da criança frente às demandas acadêmicas e sociais.” (CENTRO ABA FORA DA MESINHA).

No processo de inclusão da criança com SD foi utilizado este kit, mas reconhecido entre os apoios da escola como “caixa de reforçadores”. Os objetos da caixa por serem do interesse do estudante eram utilizados para modelar o comportamento, criando acordos. Se a criança conseguisse permanecer em sala e sentada nos momentos executar esta ação a ela tinha o direito de escolher os objetos para brincar, caso desobedecesse aos combinados perdia o direito de ter os objetos, mas sempre que voltava a cumprir com os acordos podia recuperar os objetos.

Utilizar a caixa de reforçadores foi uma prática muito exitosa no processo de manter os combinados e de até aumentar o tempo de permanência sentado do aluno, mas vale esclarecer que os objetos da caixa devem ser trocados periodicamente para se ajustar aos interesses do estudante.

As atividades adaptadas

O estudante não acompanhava a turma em relação as atividades pedagógicas, seus colegas de classe já se encontravam em outros níveis de alfabetização. Mesmo com o aluno frequentando as aulas de reforço ele não acompanhava sua turma. A criança reconhecia as algumas letras do alfabeto, principalmente as vogais, reconhecia os dez algarismos numéricos e conseguia copiar seu nome completo com um guia. Em relação a praxia fina, o estudante possuía dificuldades no movimento de pinça e na utilização da tesoura.

Para resolução desse cenário, foi feito um trabalho conjunto. A secretaria municipal de educação de Jaboatão dos Guararapes fornecia através das professoras do AEE cadernos com

atividades adaptadas respeitando o nível educacional dos alunos com deficiência que frequentavam a escola, e para o aluno acompanhado deste relato não foi diferente. A professora regente elaborava semanalmente, ao utilizar as atividades fornecidas pelas professoras do AEE ou de forma independente, as atividades adaptadas para a criança com SD seguindo os horários de cada disciplina que o restante da sala iria ter. Dessa maneira a professora continuava adaptando os níveis das atividades levando em consideração o avanço individual do estudante, concordando com o que esclarece GOMES e colabores (2007, p. 50) ao dizer que professores “organizam as atividades tendo como referência as diferentes respostas de seus alunos e não em julgamentos pré-concebidos a respeito de suas possibilidades de aprendizagem”.

Quando a criança se recusava a fazer as atividades, lançava-se mão da caixa de reforçadores para combinar a realização das atividades e receber as recompensas. O estudante tinha o perfil competitivo e foi utilizado, em suas atividades, momentos que estimulassem essa competição para que ele fizesse as atividades que tinham o objetivo de trabalhar a praxia fina, como o movimento de pinça, por vontade própria. Procurou-se também integrar este estudante em atividades que não necessitassem de adaptação, como exemplo, as atividades artísticas de datas comemorativas, atividades físicas e recreativas.

Observou que o estudante tinha iniciativa em fazer as atividades quando era posto em competição com os outros colegas e que as atividades adaptadas curtas foram as que mais o estudante tinha interesse em fazer como menciona SANTOS (2016, p. 40) que o “importante é ter atividades curtas, atividades prolongadas não funcionam pela facilidade de perde a concentração”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se notável o impacto que as estratégias tomadas pela professora regente tiveram no processo de inclusão da criança com a Síndrome, visto que em a docente buscou se preocupar com a permanência e participação do estudante nas atividades escolares e de interação com a turma garantindo-lhe o sentimento de pertencimento ao local que está como menciona Gomes, Poulin e Figueiredo (2010, p. 11) que “oportunizar ao aluno com deficiência intelectual viver integralmente a sua escolarização no espaço da sala de aula comum permite que ele se beneficie dessa convivência”.

É importante ressaltar igualmente que o debate sobre a inclusão escolar deve ser estimulado e valorizado a fim de ultrapassar a exclusão, em especial no âmbito educacional, isso se dá por reconhecermos que os sistemas de ensino apresentam dificuldades ao confrontar

práticas com objetivo discriminatório, como também de criar espaços e ações para superar a exclusão de estudantes com deficiência (BRASIL, 2008, p. 5).

Acreditamos que o trabalho de inclusão deva ser contínuo e que o tempo de convivência com a criança foi relativamente pequeno para externalizar todo o processo de inclusão que ocorreu, isto não nega o fato de que o estudante teve um desenvolvimento admirável quando comparado com suas primeiras interações no início do processo. Ressaltando assim a construção de trabalhos acadêmicos desta ordem, para compor a literatura e comunicar a comunidade a que pé está a inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas públicas do Brasil e quais estratégias seus professores utilizam.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes – PE por ter nos dado a oportunidade de conhecer na prática a Educação Especial, a toda equipe de funcionários da Escola Municipal Divina Providência que direta e indiretamente contribuíram para este fazer pedagógico em especial as professoras da sala de recursos Maria Aparecida e Nádia Maria por terem nos orientado nessa caminhada com suporte emocional e formativo para lidar com as diversidades da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e por último gostaríamos de agradecer a professora regente da sala em que acompanhamos o estudante, professora Angélica Patrícia, por toda a parceria e formação que nos proporcionou, em sala de aula, compartilhando conosco suas experiências com educação inclusiva e com orientações para nossa atuação frente ao estudante com deficiência, para além de tudo a levamos no peito como uma grande mestra e amiga.

REFERÊNCIAS

- AADID (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO). **Definindo Critérios para Deficiência Intelectual**. Disponível em: <https://www.aaid.org/intellectual-disability/definition>. Acesso em: 09 jan. 2023.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995, 128 p.
- ARAÚJO, C. P. F. de. **A mediação pedagógica para a inclusão de alunos com autismo através do modelo ABA: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental numa escola da rede privada de São Luís-MA**. 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/39588>. Acessado em: 21 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes da educação especial na educação básica**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, 2001, 79 p.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acessado em: 22 jan. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008, 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

DALTRO, M. R; FARIA, A. A. de. **Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade**. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 19, n. 1, 2019, 16 p. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451859860013/451859860013.pdf>. Acessado em: 02 fev. 2023.

FUNDACIO CATALANA SINDROME DE DOWN, **Síndrome de Down**. Aspectos médicos y psicopedagógicos, 1996, 60 p. Disponível em: https://grupoevolucao.com.br/livro/Sindrome_Down/Sindrome_Down.pdf. Acessado em: 10 jan. 2023.

GOMES, A. L. L. et al. **Deficiência mental: Formação continuada à distância de professores para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: MEC, SEESP, 2007. 82 p. Disponível em: [Livro-Atendimento-Educacional-Especializado-1.pdf \(lepedi-ufrrj.com.br\)](#). Acessado em: 12 dez. 2022.

_____; POULIN, J. R; FIGUEIREDO, R. V. de. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. 31 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/43221> Acessado em: 28 dez. 2022.

MENDONÇA, A. A. dos S; NETO, W. G. **Educação Inclusiva: a atuação do professor de apoio**. Poíesis Pedagógica, v. 17, n. 1, 2019, 15 p. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/57909/35078>. Acessado em: 05 jan. 2023.

ROPOLI, E. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. 51 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213>. Acessado em: 02 dez. 2022.

SANTOS, G. C. V. dos. **A Terapia ABA como Ferramenta de Auxílio no Processo de Inclusão Escolar: Parte III**. Centro ABA Fora da Mesinha Disponível em:

<https://abaforadamesinha.com.br/a-terapia-aba-como-ferramenta-de-auxilio-no-processo-de-inclusao-escolar-parte-iii/>. Acessado em: 21 fev. 2023.

SANTOS, M. P. dos. **Inclusão de crianças com síndrome de Down na rede regular de ensino: um estudo de caso na cidade de São Bento-Pb**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2016. 77 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1755>. Acessado em: 20 nov. 2022.

STREDA, C; VASQUES, C. K. **Síndrome de Down e deficiência intelectual: História e lógica de uma Associação**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, 2022. 16 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PVmj9HscSrG8NY7kXJnSXF/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 09 jan. 2023.